

# O PAPEL DA LIDERANÇA FEMININA NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM VARJOTA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

*The roles of female leadership in the implementation of inclusive education in Varjota: an analysis of the work of the multidisciplinary team*

Jorge Antônio Alves de Melo<sup>1</sup>  
Emanuel Mesquita Gonçalves<sup>2</sup>  
Francisco Yarly Vieira Sousa<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação especial e inclusiva enfrenta grandes desafios, principalmente no caso do acesso de crianças com necessidades especiais. Esta é uma pesquisa sobre a relevância da liderança feminina na educação especial em Varjota. Foi ressaltado que a equipe responsável por essa modalidade é majoritariamente composta por mulheres, cujo papel tem sido de extrema importância para a implementação de uma prática pedagógica mais inclusiva e personalizada. Descobriu-se que a sensibilidade e o cuidado emocional – qualidades culturalmente associadas à feminilidade – figuram entre os fatores necessários para o sucesso do suporte educacional a alunos pessoa com deficiência [PcD], com base em entrevistas e revisão de literatura relacionada. Ao mesmo tempo, o apoio familiar desempenha um papel importante, bem como um dos elementos essenciais para práticas inclusivas bem-sucedidas. A entrevista revelou que Varjota destaca os projetos de atendimento psicopedagógico e psicológico itinerante, atendimento domiciliar e salas de recursos multifuncionais voltados para o atendimento das necessidades específicas dos alunos. Entretanto, ainda são observadas dificuldades relacionadas à adaptação das ações e alguma resistência dos professores. O trabalho feminino na educação especial em Varjota tem seu peso para a construção de uma convivência escolar mais inclusiva,

## ABSTRACT

*Special and inclusive education faces major challenges, especially in the case of access for children with special needs. This is an investigation into the relevance of female leadership in special education in Varjota. It was highlighted that the team responsible for this modality is mostly made up of women, whose role has been extremely important for the implementation of a more inclusive and personalized pedagogical practice. It was found that sensitivity and emotional care - qualities usually associated with femininity - are among the factors necessary for successful educational support for students with special needs, based on interviews and a review of related literature. At the same time, family support plays an important role, as well as being one of the essential elements for successful inclusive practices. The interview revealed that Varjota highlights the projects of itinerant psycho-pedagogical and psychological care, home care and multifunctional resource rooms aimed at meeting the specific needs of students. However, there are still difficulties related to adapting actions and some resistance from teachers. Women's work in special education in Varjota has its weight in building a more inclusive, welcoming and fair school environment, ensuring progress in the development of students with special needs.*

1. Professor e Interprete de Libras das escolas municipais de Varjota.

2. Estudante da rede municipal de Varjota.

acolhedora e justa, garantindo avanços no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

**Keywords:** Women. Accessibility. Equity.

**Palavras-chave:** Mulher. Acessibilidade. Equidade

## 1 INTRODUÇÃO

Ainda hoje garantir o acesso à educação às crianças com deficiências é um enorme desafio. Apesar da postura assumida pelo Brasil, nas últimas três décadas, de implantação de políticas públicas voltadas as melhorias da educação como, por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Brasil Alfabetizado e o compromisso assumido internacionalmente do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que inclui a ODS 4 (Educação de Qualidade), a escola moderna ainda reflete os ecos de sua criação: uma educação para poucos, para os filhos dos mais abastados, para as crianças típicas e uniformes.

Em face dessa realidade, a Educação Inclusiva promove uma mudança no perfil da educação, tornando esse meio mais diversificado e acolhedor para as Pessoas com Deficiências (PcD) ou sem. A escola se constituiu, ao longo do tempo, como um espaço de atuação feminina para a Educação Inclusiva de qualidade e acessível. É nesse lugar que elas ocupam cargos de prestígio e cumprem funções essenciais.

Para a realidade do paradigma da Educação Inclusiva em Varjota, é possível perceber, nas escolas atuais, o protagonismo das mulheres no enfrentamento de valores e posições imbricadas de preconceitos socialmente cristalizados e difícil esfacelamento. É a mobilização que essas mulheres têm realizado o que, em grande parte, tem movido a educação a se renovar e adotar uma perspectiva cada vez mais equânime para os vários perfis de sujeitos envolvidos.

O presente trabalho busca explorar como o protagonismo, notadamente, feminino influenciou na modalidade de educação inclusiva e especial no município de Varjota e os avanços percebidos em termos de aprendizagem dos múltiplos sujeitos alcançados por essa logística. Visto isso, propomo-nos a observar a contribuição de uma postura afetiva, por parte dessas profissionais, para o cenário educacional que buscamos, aqui, analisar, considerando que essa característica comportamental é culturalmente atrelada, em maior grau, ao público feminino.

A educação especial e inclusiva em Varjota é formada, quase que em sua totalidade, por mulheres e essa atuação se faz referência na região municipal circunvizinha por abranger ações específicas direcionadas ao público que necessita do atendimento da equipe multidisciplinar. Dentre ações, destacam-se o trabalho

itinerante realizado dentro de cada instituição escolar, por pedagogas, psicopedagogas, psicólogas, interpretes de Libras, professoras especialistas em educação especial e o trabalho individualizado ao aluno, buscando solucionar as dificuldades encontradas.

A partir deste contexto estabelecido o presente trabalho foi construído afim de investigar o papel da mulher na educação da rede municipal de Varjota, mapear a realidade do acesso e implementação da educação especial e inclusiva no município assim como observar os avanços demonstrados pelos estudantes acompanhando pela equipe multidisciplinar. Logo, a presente pesquisa tem como seu objetivo conhecer a importância da atuação feminina na educação especial e inclusiva de Varjota, um município localizado no interior do estado do Ceará.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De maneira geral, o protagonismo feminino, na educação institucionalizada, se constituiu a partir do posicionamento das muitas mulheres que enfrentaram, resistiram e modificaram, mesmo que minimamente, as sociedades estruturalmente patriarcais nas quais estavam envolvidas, em diferentes épocas, culturas e espaços e deixaram um legado de liderança feminina e afetividade no conduzir o trabalho na educação. Em face disso, entendemos que não seria uma realidade diferente na educação especial e inclusiva.

No Brasil, a realidade das mulheres se diferenciava de classe social para classe social que constituiria os códigos comportamentais para as mulheres em relação ao seu papel no mundo e com relação aos homens. O maior entendimento, desde os primórdios da colonização, era o de que havia espaço para homens e espaço para mulheres e que esses não deveriam ser alterados. A própria colonização foi uma experiência muito masculina, as mulheres custaram desembarcar no novo mundo e os homens que o fizeram, importavam para as mulheres indígenas os códigos de condutas aprendidos nas bases românicas e cristãs do velho mundo, a Europa.

Quando a colonização acontece, vamos ter quatro perfis de mulheres no espaço chamado Brasil, as nativas, as europeias, as sequestradas de África e as miscigenadas que nasciam da objetificação dos corpos femininos. Essas tinham papéis definidos pelo contexto patriarcal e cristão da época. As mulheres brancas e de famílias abastardas eram enclausuradas em suas residências para não se contaminarem pelo mundo exterior, as mulheres pobres e as escravizadas tinham a obrigatoriedade do trabalho.

Apesar de ter, historicamente, a sua força de trabalhos desvalorizada, as mulheres sempre trabalharam no Brasil, pelo menos uma parte desse grupo. Quando falamos das mulheres abastardas, todavia, a realidade

não se fez da mesma forma. A vertente religiosa colocou sobre as mulheres das elites econômicas o peso dos cuidados com o lar e a necessidade de a ele ficarem limitadas. A justificativa era pautada na fragilidade das mulheres para lidar com assuntos complexos como negócios ou a política. Se entendia que naturalmente, as mulheres precisavam dos homens para guarda-las, primeiro o pai e os irmãos e depois o marido.

Com o advento da cientificidade, no século XIX, em detrimento da religiosidade, esse discurso foi reformulado e ganhava o rigor da medicina e do discurso científico. Agora, as mulheres sofriam de uma fragilidade patológica que as impediam de agirem com racionalidade e, quase sempre, eram acometidas pela doença própria do seu gênero, a histeria. Mais uma vez, entendia-se que elas deveriam ficar no espaço doméstico e serem protegidas de si mesmas pelos homens que as rodeavam como família. Esses entendimentos respingaram no acesso das mulheres a cidadania, aos direitos civis e a educação formal.

Assim, as mulheres em diferentes classes sociais tiveram as suas existências afastadas da educação institucional e do mundo profissional. As pobres, negras e indígenas não eram sequer pesadas como sujeitos capazes de adquirir conhecimentos, se não aqueles do trabalho braçal. As burguesas deveriam se preocupar com a criação dos filhos, a manutenção da casa e com elementos da rotina doméstica.

Muito paulatinamente, na segunda metade do século XIX, a sociedade se revestia de civilidade e começa a entender que as mulheres das famílias mais abastardas, pelo menos das cidades grandes e medias, deveriam ter instruções básicas para educarem adequadamente os herdeiros das elites. Com isso, passam a ir a escolas para aprenderem noções básicas de matemática, idiomas e códigos de comportamentos próprios de seu gênero para que, quando casadas, função primordial de suas existências, se tornassem esposas dignas e mães capazes de educar os jovens membros das elites.

Para entendermos o dito, vejamos o texto de Maria Ângela D'Incao, publicado no livro *A mulher na História do Brasil*, compêndio de pesquisas organizados pela historiadora Mary Del Priore. Assim nos introduz a temática do capítulo *Mulher e família Burguesa*:

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país (D'iancao, 2004, p. 187).

É nesse contexto de organização de sociedade burguesa que podemos perceber o surgimento das primeiras organizações para objetivos da educação feminina e, paralelo a isso, as primeiras mulheres a exercerem a profissão de educadoras do Brasil, responsáveis por ensinar as jovens em idades casadoiras os comportamentos dignos e próprios para as damas das famílias economicamente poderosas.

Além das capacitações, essas professoras deveriam ser, acima de qualquer qualificação, senhoritas ou senhoras de condutas indubitáveis perante a sociedade. Deveriam ser honradas e manter seus nomes imaculados para que estivessem em contato com as digníssimas jovens a quem ensinariam os princípios de uma esposa e mãe civilizada. A sociedade civilizada que se construía à época entendeu que a educação era algo possível para as mulheres, pois se concebia que elas não fariam algo diferente do que Deus e a biologia já havia preparado elas para serem: cuidadoras amáveis e afetuosas de crianças.

Desse modo, é na educação que as mulheres das classes abastardas vão encontrar o seu primeiro espaço como profissionais – embora não fossem reconhecidas assim. No texto *Mulheres na sala de aula*, Guacira Lopes Louro apresenta como esses primeiros passos da educação no Brasil se apresentava na vivência das mulheres envoltas:

Aqui e ali, no entanto, havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas-ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. Quando os deputados regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias” – aliás o único nível a que as meninas teriam acesso –, afirmaram que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar”. 4 Aqui vale notar que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores [Louro, 2024, p. 371].

É nesse cenário de patriarcado, limitações e estereótipos reforçados que a associação histórica entre o papel feminino, o ato do cuidado e a educação institucionalizada, tracejada no Brasil das décadas finais do século XIX até os nossos dias, se conecta a pedagogia do cuidado que se baseia na afetividade e na empatia. Muito embora, a leitura desse modelo pedagógico não faz exclusivo da conduta feminina uma abordagem educacional que busca reelaborar a conduta na educação e a relação do ser humano com o outro e consigo, com base na importância do cuidado e da afetividade.

Apesar da pregressa construção imagética estereotipada do trabalho das educadoras ao longo do tempo, entende-se que essa reprodução de modelo de conduta, hoje não mais compreendida como sendo exclusiva

das mulheres, se faz essencial na formulação e execução de práticas pedagógicas que visam atender às particularidades de cada estudante, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos e facilitador da aprendizagem, respeitadas as possibilidades e limitações de cada indivíduo.

Com a aprovação de legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial (PNE) na Perspectiva da Educação Inclusiva, as educadoras assumiram funções centrais na produção e implementação dessas políticas. Mulheres ocupam cargos de liderança na gestão dessas políticas atuando como professoras especializadas, coordenadoras pedagógicas e gestoras. Elas estão na linha de frente da transformação educacional que busca garantir a inclusão de todos.

O protagonismo feminino na educação especial e inclusiva é uma peça central na resistência e no combate a modelos educacionais excludentes que enxertam o processo educacional a partir do sexíssimo, da homofobia, das práticas racistas e capacitistas, e na promoção de práticas mais justas e inclusivas, respeitando as especificidades e colaborando com a criação de uma sociedade mais equânime e para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais.

### 3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo deste trabalho foi feito um estudo bibliográfico a fim de melhor compreender a educação especial, assim como o papel da mulher na educação. Em seguida foi realizada uma entrevista com Ana Maria Rodrigues Lino, a coordenadora municipal da educação especial e inclusiva de Varjota.

### 4 DISCUSSÃO

De acordo com os dados colhidos, a entrevistada Ana Maria cita que desde os primórdios, às mulheres lutam pela defesa do seu papel em sociedade: Quando essas situações estão envolvidas questões étnico-raciais, classe econômica, fica mais complexo o empoderamento feminino. Ainda, embora seja em menor número, há um descrédito na força da mulher, na sua resistência física, emocional e psicológica. Desmistificar essas concepções torna-se uma constante no trabalho feminino.

Na análise dos diferentes perfis de aprendizagem foi explicitado pela entrevistada que as formações são essenciais para aplicação de novas estratégias de atuação principalmente com as crianças com deficiência com uma maior dificuldade cognitiva e que o papel da mulher e sua participação na equipe multiprofissional, favorece a aquisição do conhecimento e o desempenho por parte dos alunos, por todo o componente afetivo que envolve essencialmente o público feminino.

Como parceiras para efetivação desse trabalho protagonista, a família aparece como a maior parceira do trabalho educacional. Quando se fala em deficiências, transtornos ou dificuldades de aprendizagem a família se torna ainda mais primordial para o sucesso do trabalho inclusivo, pois é com o prosseguimento de uma rotina familiar que a escola pode conseguir melhores resultados.

De acordo com os dados observados e coletados, Varjota, desenvolve no campo inclusivo os seguintes projetos: Atendimento psicopedagógico itinerante, Atendimento psicológico itinerante, Atendimento domiciliar, Salas de Recurso Multifuncional, Intérpretes e Monitoria em libras. Ressaltando que todos esses projetos contemplam o aluno de forma individualizada com propostas de equipes multidisciplinares onde cada profissional atua em um segmento fortalecendo o outro segmento e favorecendo a ampla cobertura das situações e atipicidades de maneira efetiva, de modo que os alunos sejam atendidos respeitando seus limites e valorizando suas capacidades. A entrevistada frisou ainda que o sucesso desse trabalho se dá em sua grande maioria pelo componente afetivo que envolve profissionais e alunos, visto que 99% dos profissionais são mulheres e por natureza essencialmente mais afetivas.

Equidade e inclusão fazem parte do pilar estratégico no trabalho da equipe multiprofissional de Varjota. Ações protagonistas com os alunos que incluem participação efetiva nas datas comemorativas e eventos festivos são sempre realizadas, considerando cada atipicidade, sempre primando por desenvolver as habilidades específicas de cada um. Contudo, o trabalho perpassa por algumas dificuldades, como adaptação de atividades, elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI), resistência de alguns professores. Mas, segundo a entrevistada, apesar das problemáticas encontradas o trabalho multiprofissional contempla sempre ações protagonistas com os alunos que incluem participação efetiva nas datas comemorativas e eventos festivos considerando cada atipicidade, primando por desenvolver as habilidades específicas de cada um.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a presente pesquisa conseguiu-se ampliar a visão sobre a atuação da mulher na promoção de uma educação mais inclusiva no município de Varjota. Viu-se como as mulheres assumem diferentes cargos na educação importante na educação especial e inclusiva do município e como suas ações contribuem para tornar as escolas municipais em ambientes mais acolhedores para as crianças com deficiência.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394, 1996.

BRASIL. Política, de 07 de janeiro de 2008. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 07 jan. 2008.

D'IANCAO, Maria Ângelo. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-201.

GOUVEIA, L. **Mulheres e educação no Brasil**: História, memória e formação docente. São Paulo: Cortez, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2024. p. 371-372.